

ANEXO TEMÁTICO I:

Tema Prioritário I - Áreas Protegidas

Linha de Ação Temática 1.1 - Criação de Áreas Protegidas

1. Objetivos da Chamada de Projetos para esta Linha de Ação Temática

O objetivo desta chamada para esta Linha de Ação Temática é selecionar projetos que visem à criação de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação) federal, estadual ou RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural na área de abrangência do Bioma selecionado, Levando em consideração o mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (vide mapa do MMA, Anexo geral H).

2. Escopo Temático da Chamada

Para o objetivo de criação de unidades de conservação federais e estaduais, serão contempladas nesta chamada as categorias de manejo previstas na Lei do SNUC (Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002) com exceção de Área de Proteção Ambiental (APA).

Cada proponente poderá apresentar projeto contemplando áreas a serem estudadas para a criação de uma ou várias unidades de conservação federal ou estadual.

As propostas que visam à criação de RPPNs devem ter como proponente pessoa jurídica. Deve ser apresentada cópia da documentação das propriedades. O beneficiário principal deverá ser sempre a futura RPPN.

3. Oficina de Articulação e Integração

Os projetos elegíveis no âmbito desta chamada devem prever a participação em uma oficina de 2 dias em Brasília, em janeiro/fevereiro de 2012. Deverão participar dois representantes de cada instituição proponente. Os custos de viagem, hospedagem e alimentação deverão ser cobertos pelo projeto, desde que previstos no Plano de Trabalho, ou poderão ser uma contrapartida do proponente.

O objetivo da oficina é garantir maior articulação e integração entre os projetos aprovados e a socialização de informações entre representantes das instituições cujas propostas foram aprovadas pelo Comitê da Conta TFCA, Funbio e demais parceiros, logo após a assinatura do contrato com o Funbio.

4. Atividades a serem apoiadas nesta Linha de Ação Temática por esta Chamada

Poderão ser apoiados por esta chamada estudos que subsidiem a criação de UCs, tais como:

- Identificação e sistematização das informações existentes sobre a área proposta para criação da(s) UC(s).

- Compilação e definição da base cartográfica a ser utilizada na definição dos limites propostos; Apoio na elaboração de memorial descritivo da área proposta.
- Levantamento sobre situação fundiária (cartorial e presencial) da área proposta para criação ou ampliação da UC(s).
- Caracterização das formações vegetais e da situação atual da cobertura vegetal bem como informações sobre a fauna da área proposta para criação ou ampliação da UC(s).
- Caracterização de uso do solo e do meio físico nos limites propostos para criação ou ampliação da UC(s).
- Análise da situação socioeconômica dos municípios abrangidos e área proposta inclusive o entorno. .
- Caracterização do meio de vida e da população beneficiária residente no interior da área proposta, nos casos de UC de uso sustentável (RESEX, RDS e Flonas).
- Identificação, no caso de UC de uso sustentável, das atividades atuais, assim como de novas oportunidades de atividades sustentáveis (RESEX, Flonas e RDS).
- Diagnóstico preliminar de atividades pesqueiras no caso de UC marinha ou costeiro/marinha.
- Avaliação dos serviços ambientais possíveis de potencialidades e atrativos turísticos e espeleológicos, quando couber.

Poderão ser apoiadas, por meio desta chamada, as seguintes atividades voltadas a preparação, realização e documentação de consultas públicas para a criação da(s) UCs:

- Criação e impressão de material informativo a ser utilizado nas consultas.
- Aluguel de sala e equipamentos, bem como sua instalação, para a realização das consultas públicas.
- Documentação das consultas, das contribuições dos interessados e dos encaminhamentos.
- Estratégia de divulgação das consultas públicas.
- Estratégia de mobilização da população envolvida.
- Articulação local prévia e pós consulta pública.

Os casos de obrigatoriedade de realização de consulta pública sobre a criação de UC, bem como as atividades mínimas a serem desenvolvidas, estão definidos na Lei nº 9.985/2000 (SNUC) e no Decreto nº 4.340/2002 (Capítulo 8 deste Anexo Temático).

As consultas públicas serão realizadas pelo poder público federal ou estadual competente.

5. Documentos Adicionais para Envio de Propostas para esta Linha de Ação Temática

Nesta Linha de Ação Temática, além dos documentos exigidos no Capítulo 12 do Edital, **é desejável** para o envio das propostas, a comprovação de parceria ou cooperação com o poder público federal ou estadual, mediante apresentação de documento formal (Ofício, Carta de Anuência, Termo de Cooperação ou outro).

No caso de RPPNs, o imóvel no qual será criada a RPPN deverá estar registrado em cartório de registro de imóveis e deverão ser apresentados a certidão de registro atualizada e o comprovante de quitação de impostos dos últimos cinco exercícios. Não serão financiadas as

despesas cartoriais com o registro do imóvel e o pagamento de tributos e impostos relativos ao imóvel.

6. Recursos Disponíveis para o Tema

Temas Prioritários	Linhas de Ação Temáticas	
I. ÁREAS PROTEGIDAS	1.1 Criação de Áreas Protegidas	R\$ 6.100.00,00 (seis milhões e cem mil reais)
	1.2 Manutenção de Áreas Protegidas	

O valor a ser solicitado **por projeto**, excluindo-se a contrapartida, é de no mínimo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e no máximo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada área de UC federal, estadual e/ou RPPN a ser criada.

7. Critérios para Análise Técnica das Propostas desta Linha de Ação Temática

PLANILHA DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA					
TEMA I – Linha de Ação Temática 1.1 Criação de Áreas Protegidas					
CRITÉRIOS GERAIS					
ÍTEM DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Parcerias formalizadas com instituições relevantes ao desenvolvimento do projeto.		2		10
2	Capacidade técnica e experiência de trabalho relevante ao projeto da entidade proponente e das entidades parceiras.		2		10
3	Perfil e experiência da equipe relevante ao projeto. Clareza na descrição das responsabilidades atribuídas aos técnicos envolvidos no projeto.		2		10
4	Clareza da metodologia geral do projeto.		3		15
5	Clareza na descrição das ações/atividades do projeto		3		15
6	Coerência entre objetivos, metas e atividades expressos no cronograma do projeto.		3		15
7	Coerência entre cronogramas de atividades e desembolso.		2		10
8	Orçamento condizente com as atividades propostas.		3		15
9	Descrição da forma de participação dos envolvidos no projeto (instituições, comunidades, proprietários, entre outros).		3		15
10	Estratégia de comunicação e disseminação do projeto e dos resultados.		1		5
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS					
ÍTEM DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Área inserida em região com menor quantidade de remanescentes preservados e protegidos.		2		10
2	Área inserida em contexto regional que permita a formação de corredores, de mosaicos (ex: conexão com outras UCs, RL, APP).		1		5
3	Áreas do projeto inseridas como prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Portaria MMA nº 9 de 23.01.2007 e Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004).		2		10
4	Área abriga espécies de fauna ou flora endêmicas da região ou ameaçadas de extinção constantes das listas oficiais.		1		5
TOTAL (geral + específico)					150
<input type="checkbox"/> RECOMENDADO			<input type="checkbox"/> NÃO RECOMENDADO		

A Câmara Técnica deverá emitir um parecer global, composto pela Avaliação Quantitativa Final e por uma Avaliação Qualitativa, que classifica a proposta de projeto conforme as alternativas

abaixo e poderá indicar condicionantes e recomendações às propostas (Ver Capítulo 14 do Edital).

Recomendado (RE) – quando a proposta atende ao conjunto dos critérios da análise técnica e atinge pontuação na Avaliação Quantitativa Final igual ou superior a setenta e cinco.

Não-Recomendado (NR) – quando a proposta não atende aos critérios de análise técnica de projetos ou não apresenta condições mínimas de reformulação, atingindo pontuação inferior a setenta e cinco no parecer global.

8. Anexos Específicos para esta Linha de Ação Temática

Legislação federal pertinente aos trabalhos de criação de unidades de conservação

[Clique aqui](#) para acessar a Instrução Normativa ICMBio Nº 5, 15 de maio de 2008.

[Clique aqui](#) para acessar a Lei nº 9.985/2000 (SNUC).

[Clique aqui](#) para acessar o Decreto nº 4.340/2002.

[Clique aqui](#) para acessar a Instrução Normativa ICMBio Nº 3, 18 de setembro de 2007.

ANEXO TEMÁTICO J:

Tema Prioritário I - Áreas Protegidas

Linha de Ação Temática 1.2 – Manutenção de Áreas Protegidas

1. Objetivos da Chamada de Projetos para esta Linha de Ação Temática

O objetivo desta chamada para esta Linha de Ação Temática é selecionar projetos que visem à manutenção de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação) federal ou estadual na área de abrangência do Bioma selecionado.

2. Escopo Temático da Chamada

Para o objetivo de manutenção de unidades de conservação federal ou estadual, serão contempladas nesta chamada as categorias de manejo previstas na Lei do SNUC (Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002) com exceção de Área de Proteção Ambiental (APA).

3. Oficina de Articulação e Integração

Os projetos elegíveis no âmbito desta chamada devem prever a participação em uma oficina de 2 dias em Brasília, em janeiro/fevereiro de 2012. Deverão participar dois representantes de cada instituição proponente. Os custos de viagem, hospedagem e alimentação deverão ser cobertos pelo projeto, desde que previstos no Plano de Trabalho, ou poderão ser uma contrapartida do proponente.

O objetivo da oficina é garantir maior articulação e integração entre os projetos aprovados e a socialização de informações entre representantes das instituições cujas propostas foram aprovadas pelo Comitê Conta TFCA, Funbio e demais parceiros, logo após a assinatura do contrato com o Funbio.

4. Atividades a serem Apoiadas nesta Linha de Ação Temática por esta Chamada

- Levantamento fundiário (cadeia dominial, espelho de posse, realidade cartorial, caracterização de benfeitorias e de terras.
- Elaboração de Plano Emergencial (medidas de proteção da unidade enquanto não se tem o plano de manejo)
- Criação do Conselho Gestor
- Elaboração de Plano de Manejo
- Para UC de uso sustentável: diagnóstico de cadeias produtivas e mecanismos de agregação de valor
- Infraestrutura básica, inclusive prevenção a incêndios, fiscalização, sede, dentre outros.

5. Documentos Adicionais Necessários para Envio de Propostas para esta Linha de Ação Temática

Ver Capítulo 12 do Edital.

6. Recursos Disponíveis para o Tema

Temas Prioritários	Linhas de Ação Temáticas	
I. ÁREAS PROTEGIDAS	1.1 Criação de Áreas Protegidas	R\$ 6.100.00,00 (seis milhões e cem mil reais)
	1.2 Manutenção de Áreas Protegidas	

O valor a ser solicitado **por projeto**, excluindo-se a contrapartida, é de no mínimo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e no máximo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada área de UC federal, estadual e/ou RPPN a ser criada.

7. Critérios para Análise Técnica das Propostas desta Linha de Ação Temática

PLANILHA DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA					
TEMA I – Linha de Ação Temática 2.1 Manutenção de Áreas Protegidas					
CRITÉRIOS GERAIS					
ÍTEM DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Parcerias formalizadas com instituições relevantes ao desenvolvimento do projeto.		2		10
2	Capacidade técnica e experiência de trabalho relevante ao projeto da entidade proponente e das entidades parceiras.		2		10
3	Perfil e experiência da equipe relevante ao projeto. Clareza na descrição das responsabilidades atribuídas aos técnicos envolvidos no projeto.		2		10
4	Clareza da metodologia geral do projeto.		3		15
5	Clareza na descrição das ações/atividades do projeto		3		15
6	Coerência entre objetivos, metas e atividades expressos no cronograma do projeto.		3		15
7	Coerência entre cronogramas de atividades e desembolso.		2		10
8	Orçamento condizente com as atividades propostas.		3		15
9	Descrição da forma de participação dos envolvidos no projeto (instituições, comunidades, proprietários, entre outros).		3		15
10	Estratégia de comunicação e disseminação do projeto e dos resultados.		1		5
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS					
ÍTEM DE AVALIAÇÃO		PONTOS (0 A 5)	PESO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Unidades de Conservação inseridas em áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Portaria MMA nº 9 de 23.01.2007 e Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004).		2		10
2	Unidades de Conservação que permitam uso público.		1		5
3	Unidades de Conservação sob pressão antrópica (queimada, extração madeira ilegal, outros).		2		10
4	Unidades de Conservação que demonstrem maior alavancagem de contrapartida (acima dos 20% solicitado no Edital).		1		5
TOTAL (geral + específico)					150
<input type="checkbox"/> RECOMENDADO			<input type="checkbox"/> NÃO RECOMENDADO		

A Câmara Técnica deverá emitir um parecer global, composto pela Avaliação Quantitativa Final e por uma Avaliação Qualitativa, que classifica a proposta de projeto conforme as alternativas abaixo e poderá indicar condicionantes e recomendações às propostas (Ver Capítulo 14 do Edital).

Recomendado (RE) – quando a proposta atende ao conjunto dos critérios da análise técnica e atinge pontuação na Avaliação Quantitativa Final igual ou superior a setenta e cinco.

Não-Recomendado (NR) – quando a proposta não atende aos critérios de análise técnica de projetos ou não apresenta condições mínimas de reformulação, atingindo pontuação inferior a setenta e cinco no parecer global.

8. Anexos Específicos para esta Linha de Ação Temática

[Clique aqui](#) para acessar a Lei nº 9.985/2000 (SNUC).